

ANFIP e entidades do fisco homenageiam parlamentares e lideranças

Ao longo da semana, as entidades que compõem o Pacto de Brasília – ANFIP, Anafisco, Febrafisco, Fenafim, Fenafisco, Sindifisco Nacional, Sindireceita e Unafisco – homenagearam parlamentares e autoridades, em reconhecimento à atuação em defesa da justiça fiscal e pela valorização da administração tributária dos entes federados.

O deputado federal Luiz Carlos Hauly (Pode/PR) foi um dos parlamentares contemplados e agradeceu a honraria em pronunciamento realizado dia 14 de dezembro, no Plenário da Câmara dos Deputados. “São mais de 40 mil Auditores Fiscais em todo o Brasil, que arrecadam R\$ 3,3 trilhões por ano e sustentam a arrecadação da União, dos estados e dos municípios brasileiros. Que financiam a previdência, a saúde pública, a educação, a segurança pública, a defesa nacional, a assistência social e todas as demais atividades. Obrigada ao fisco do Brasil, obrigada Pacto de Brasília!”, disse.

Além dele, já receberam a placa do Pacto de Brasília o deputado federal Arthur Lira (PP/AL), presidente da Câmara dos Deputados; o senador Plínio Valério (PSDB/AM); e o presidente da Associação Brasileira das Secretarias de Finanças das Capitais (Abrasf), Rodrigo Fantinel; entre outros.



Trabalho parlamentar – Além das homenagens, as entidades do Pacto de Brasília realizaram trabalho parlamentar em defesa da manutenção das conquistas consolidadas no texto da reforma tributária (PEC 45/19), aprovado pelos senadores e que retornou para análise dos deputados federais.

Entre as principais pautas já contempladas no relatório estão a garantia de uma lei complementar sobre a autonomia da administração tributária, e a previsão de que o teto remuneratório de todos os fiscos será o dos ministros do Supremo Tribunal Federal (STF).



LOAT - Nos dias 11 e 12 de dezembro, as entidades do fisco também deram continuidade aos trabalhos de elaboração da minuta do anteprojeto de Lei Orgânica da Administração Tributária (LOAT). O vice-presidente de Estudos e Assuntos Tributários, Gilberto Pereira, participou da reunião.

Os encontros contaram com a assessoria da advogada e consultora jurídica, Adriana Schier, e ocorreram na sede da Fenafisco, localizada na capital federal.

Reivindicada pelas carreiras há mais de 16 anos, os dirigentes defendem que o assunto seja inserido na reforma tributária, que tramita no Congresso Nacional, e que tenha caráter nacional, incluindo estados, municípios e a União.

Nos dois dias de reunião, o grupo discutiu os mecanismos essenciais e as premissas técnicas básicas para nortear a construção da LOAT, com vistas a fortalecer a Administração Tributária no bojo da reforma em curso. Também pontuaram temas essenciais da tributação, como arrecadação, fiscalização, cobrança, contencioso e gerenciamento de risco.

Já entre as premissas específicas da Administração Tributária, foram elencadas a estrutura, competências, prerrogativas, garantias, direitos e deveres inerentes aos cargos que integram a fiscalização.

Após a conclusão dos trabalhos, o documento elaborado será entregue à autoridade competente, para iniciar a tramitação do texto no Parlamento, bem como a exposição de motivos, destinada ao trabalho político para aprovação da matéria. Em outubro, ocorreram as primeiras reuniões técnicas sobre o assunto, confira [aqui](#).

Aumenta a expectativa dos servidores com reunião da MNNP
PÁGINA 2

ANFIP e Geap debatem melhorias no plano de saúde
PÁGINA 4

ANFIP presente em seminário sobre JCP
PÁGINA 5

Aumenta a expectativa dos servidores com a próxima reunião da MNNP

No dia 18 de dezembro, a Mesa Nacional de Negociação Permanente (MNNP), mediada pelo Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI), realiza a última reunião do ano. Os servidores esperam que seja formalmente apresentado um índice de reajuste salarial para 2024, superior ao 1% proposto em encontros anteriores.

Apesar da expectativa, para conceder um reajuste maior, o Executivo precisaria garantir recursos no Orçamento da União, o que ainda não foi feito. Na proposta entregue pelo governo à Câmara dos Deputados, nenhum índice oficial de correção foi sugerido ou apresentado durante as discussões, que estão perto do fim.

Vilson Romero, presidente da ANFIP, vê com ceticismo a possibilidade de que nessa reunião seja anunciado um percentual de reajuste que recupere as perdas inflacionárias dos servidores.

“Será mais provável a edição de uma medida provisória no primeiro trimestre abrindo crédito extraordinário para o aumento, caso haja crescimento da arrecadação e obediência às atuais regras fiscais em vigor”, avalia. O recurso de conceder aumento via MP foi utilizado neste ano.

O secretário de Relações de Trabalho do MGI, José Lopez Feijóo, já havia afirmado que o governo não tem uma proposta de recomposição salarial consolidada e que, por enquanto, continua previsto somente o 1% de aumento, referente ao R\$ 1,5 bilhão já reservado no orçamento.

A ANFIP, em todos os colegiados que integra junto a entidades de classe e centrais sindicais, já expressou sua contrariedade com a morosidade da MNNP e a falta de prioridade com as pautas não remuneratórias.

ANFIP e Mosap dão continuidade à busca de apoio à atualização da PEC 555/06



O presidente Vilson Romero e o presidente do Movimento dos Servidores Aposentados e Pensionistas (Instituto Mosap), Edison Haubert, bem como diversos dirigentes das demais

entidades do movimento, continuaram, nesta semana, os contatos parlamentares buscando a coleta de assinaturas de deputados federais para a nova versão da PEC 555/06, que reduz gradativamente

as contribuições previdenciárias de servidores aposentados e pensionistas a partir dos 65 anos.

No dia 13 de dezembro, os representantes foram recebidos no gabinete do deputado Cleber Verde (MDB/MA), primeiro signatário do texto que atualiza a PEC 555, propondo soluções mais equilibradas e justas para os servidores públicos aposentados e pensionistas.

As entidades, tanto em Brasília quanto nos estados, seguem mobilizadas em busca das 171 assinaturas de parlamentares necessárias para que a PEC seja numerada e inicie sua tramitação na Câmara dos Deputados.

Siga nossas redes sociais!

Fique por dentro de notícias, eventos e conteúdos.

Expediente

LINHA DIRETA é uma publicação da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil.
Sede: SBN Qd. 01 BL H Ed. ANFIP - Brasília/DF - CEP: 70040-907
Telefone: (61) 3251 8100
Whatsapp: (61) 98289 5150

Envie seus comentários sobre o **LINHA DIRETA** para o email: comunicacao@anfip.org.br

DIRETORA RESPONSÁVEL
Marluce do Socorro da Silva Soares

Editora
Ludmila Machado

REPORTAGEM
Daiana Lima, Ludmila Machado,
Marina Rodrigues e Thayná Cavalcante.

Editoração eletrônica
Allan Vitalino e Gilmar Vitalino



www.instagram.com/anfipnacional

www.facebook.com/anfip.nacional

www.twitter.com/anfipnacional

www.youtube.com/anfipoficial

ANFIP e Pública avaliam conjuntura e estratégias de atuação



O presidente Vilson Romero e a vice-presidente de Assuntos Jurídicos, Maria Beatriz Fernandes Branco, participaram da reunião da Pública Central do Servidor, realizada de forma híbrida, no dia 13 de dezembro, para análise da conjuntura política e balanço do primeiro ano do atual governo, considerando os temas de interesse das carreiras do funcionalismo.

Vilson Romero, que participou presencialmente, em Brasília, sugeriu que a Pública e as entidades que integram a central sindical façam um levantamento e elaborem um documento com as pautas que devem ser priorizadas, para iniciar 2024 com estratégias bem definidas acerca das proposições que afetam diretamente os servidores públicos ativos, aposentados e os pensionistas.

Sobre a conjuntura política, o economista e ex-vice-presidente do Novo Banco de Desenvolvimento (BRICS), Paulo Nogueira Batista Jr., apresentou um balanço do primeiro ano de governo e comentou sobre a política fiscal adotada pelo Executivo. Para ele, o governo se comprometeu com uma meta “rígida demais” ao prometer déficit zero em 2023. “Esse foi um erro. O que pode acontecer é o governo adotar uma política fiscal muito limitada, restritiva, em uma economia que está estagnada há dez anos”, criticou.

Para que o governo não caia numa armadilha em prol da meta fiscal que prometeu, segundo Nogueira Batista, é preciso fazer a economia do país voltar a crescer e a se desenvolver. “É chave para esse governo que ele continue gerando crescimento em termos de renda, emprego, economia”, disse, destacando também a importância de acelerar esse crescimento econômico e a queda dos juros reais no Brasil.

Sobre os desafios a serem enfrentados pelos servidores públicos no próximo ano, o jornalista e analista político do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (Diap), André Santos, apontou um Parlamento mais conservador, que tende a ser menos alinhado às pautas sociais e aos servidores públicos. “É preciso construir um relacionamento muito próximo com os parlamentares, mas não é uma aproximação com aqueles que já são nossos aliados, é importante que a gente visualize de forma ampla, tendo esses novos grupos de oposição, e até mais radicais em relação aos servidores públicos”, sugeriu.

De acordo com o analista político, há uma grande possibilidade do avanço da reforma administrativa, já que existe uma disposição de grande parte dos congressistas para que a reforma aconteça e isso não depende do governo federal. “A necessidade dessa aproximação dos servidores com o Congresso, aliada com um argumento técnico para que não haja essa reforma administrativa, é muito importante. Não basta ser só contra. Precisamos apresentar uma alternativa à reforma administrativa e apresentar à oposição e ao grupo de apoio do governo”, ressaltou Santos.

A reunião foi coordenada pelo presidente da Pública, José Gozze, e contou com a participação de diversos representantes de entidades sindicais e associativas.

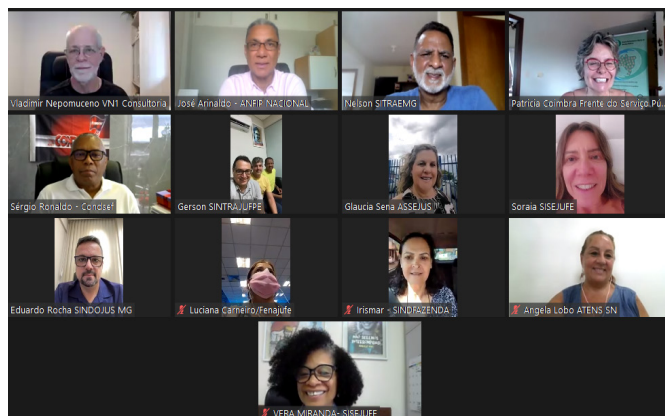
Frente do Serviço Público discute reajuste salarial de 2024

O vice-presidente de Política de Classe e Salarial, José Arinaldo Gonçalves Ferreira, coordenou a reunião virtual da Frente Parlamentar Mista em Defesa do Serviço Público, realizada, no dia 11 de dezembro, para analisar o cenário político e a campanha salarial dos servidores.

Ao apresentar o panorama do Congresso Nacional para a semana, o consultor parlamentar Vladimir Nepomuceno informou que será decisiva em relação a questões orçamentárias, pois será praticamente a última de votações. Segundo o consultor, devem ser deliberadas a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA), fundamentais para a definição do percentual de recomposição salarial dos servidores.

Sobre o reajuste, Nepomuceno explicou que o Poder Executivo pode apresentar emendas à LOA em 2024 para dar continuidade à negociação com os servidores. “É possível que o reajuste venha entre março e maio, mas não deve ter reajuste linear para o Executivo como teve em 2023”, alertou.

Entre as formas de melhorar o poder aquisitivo da



categoria, o consultor defende a articulação pela melhoria nos benefícios, como o aumento da contrapartida dos planos de saúde. Atualmente, os funcionários públicos arcam com a maior parte do valor do plano, podendo chegar a 80%. O tema está na pauta de reivindicações das entidades que integram a Mesa Nacional de Negociação Permanente.

ANFIP e Geap debatem melhorias no plano de saúde



O presidente Vilson Romero e o vice-presidente de Administração, Patrimônio, Cadastro e TI, Márcio Humberto Gheller, receberam os dirigentes da Geap Saúde, no dia 11 de dezembro, na sede da ANFIP, em Brasília, com o objetivo de debater melhorias no plano de saúde para os servidores públicos de todo o Brasil.

Pela Geap, participaram Douglas Vicente Figueredo, diretor-presidente; Ronald Acioli da Silveira, gerente executivo para o governo federal; e Pátroclus Quintela de Medeiros, assessor executivo.

Durante a discussão, Vilson Romero ressaltou a importância de modernizar os procedimentos para maior praticidade e acessibilidade dos beneficiários, junto a uma campanha de inclusão e alfabetização digital para auxiliar, em especial, as pessoas idosas. “A Geap é o plano de saúde do servidor público. Precisamos retomar o espírito da nossa patronal”, propôs o presidente, sugerindo possíveis medidas.

Douglas Vicente agradeceu a contribuição da ANFIP ao longo dos anos e afirmou que a Geap ainda está num período de reorganização, mas que os projetos de mudança já estão em andamento. “Estamos fazendo todos os esforços possíveis para modernizar e atender os servidores da melhor forma. Nosso foco é principalmente o equilíbrio e o olhar para o atendimento”, disse.

O diretor-presidente informou ainda que sua equipe está trabalhando para refazer o convênio único com o governo, e se comprometeu em fazer um mapeamento nacional para, posteriormente, expandir a rede e investir em pessoas e recursos em todas as regiões do país.

Retirada de patrocínio na previdência complementar preocupa servidores públicos

A Comissão de Previdência, Assistência Social, Infância, Adolescência e Família da Câmara dos Deputados debateu em audiência pública, no dia 13 de dezembro, a retirada de patrocínio de planos de previdência complementar, movimento iniciado por empregadores, chamados de patrocinadores, que deixam de contribuir para o plano. O presidente da ANFIP, Vilson Romero, acompanhou o debate, sugerido pela deputada Erika Kokay (PT/DF).

Ricardo Pena Pinheiro, diretor-superintendente da Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc), confirmou durante a audiência que foi aprovada uma resolução que traz melhorias para a Resolução nº 53/22, que incentivava a saída do patrocinador. “Nos últimos quatro anos, quintuplicou o número de retiradas de patrocinadores”, frisou.

Pena explicou que a Lei Complementar 109/01 permite essa retirada. “Estamos falando de um regime facultativo, o patrocinador e o participante podem entrar e sair. Cabe ao órgão fiscalizador a prévia manifestação. Não pode acontecer uma retirada sem essa autorização, pois cabe

ao órgão assegurar as garantias e preservar os direitos dos participantes”, disse.

O diretor-superintendente adiantou que a resolução recém aprovada vai equilibrar as regras, permitindo às empresas fazer a retirada, sem, contudo, ferir os direitos dos trabalhadores. “A proposta aprovada representa um avanço importante na proteção dos direitos dos participantes, porque agora, se a empresa quiser sair da entidade, o direito das pessoas vai estar no chamado Plano Instituído de Preservação da Proteção Previdenciária. A empresa sai, mas o plano continua. Isso vai assegurar esse direito adquirido”, relatou.

Hoje, conforme ressaltou Pena, existem na Previc 45 pedidos de retirada de patrocínio, envolvendo 57 patrocinadores, 22 entidades e mais de 50 mil pessoas. “É desse público, desse impacto que estamos falando quando tratamos da retirada de patrocínio. Envolve R\$ 25 bilhões”, destacou. E esses processos em curso, segundo garantiu o diretor-superintendente, vão ter que se adaptar à nova resolução.

O debate completo pode ser conferido [aqui](#).

ANFIP participa de audiência na Câmara sobre imunidade tributária

O presidente Vilson Romero esteve presente, no dia 12 de dezembro, à audiência pública da Comissão Especial da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 5/23, na Câmara dos Deputados. O texto que amplia a imunidade tributária para templos religiosos e partidos políticos, de autoria do deputado federal Marcelo Crivella (Republicanos/RJ), foi apresentado em março deste ano e teve sua admissibilidade aprovada na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJC) em setembro.

A PEC também expande a imunidade sobre a aquisição de bens e serviços necessários à formação do patrimônio, à geração de renda e à prestação de serviços pelas instituições.

A Comissão Especial foi constituída em 28 de novembro, tendo sido eleito presidente o deputado federal Gilberto

Nascimento (PSD/SP) e indicado, como relator, Dr. Fernando Máximo (União/RO). Os trabalhos devem se estender até o início de 2024, quando haverá a votação na Comissão Especial e, se aprovada a matéria, será direcionada ao plenário da Casa para deliberação.



ANFIP acompanha debate sobre Política Nacional do Idoso

A Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa da Câmara dos Deputados promoveu audiência, dia 13 de dezembro, para debater as ações realizadas neste ano pela Secretaria Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa, do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania. O presidente Vilson Romero acompanhou o debate.

A audiência foi solicitada e coordenada pela deputada Flávia Moraes (PDT/GO), que destacou a importância de a Comissão ter conhecimento das mudanças na condução e execução das políticas públicas para trabalhar em conjunto, disseminando informações nas bases para efetivação das ações do Ministério.

O balanço dos programas e políticas públicas que beneficiam os idosos foram apresentados pelo secretário nacional dos Direitos da Pessoa Idosa, Alexandre da Silva. Para atender as principais demandas das 32 milhões de pessoas idosas do Brasil foram lançados os programas Envelhecer nos Territórios, Vida Digna em Casa, Viva Mais Cidadania e Educação para Toda a Vida. Também foram aprimorados projetos de enfrentamento à violência financeira e patrimonial, e de comunicação para



fortalecimento da cultura de respeito e valorização dos Direitos Humanos da Pessoa Idosa.

Romero observou, no diálogo com o secretário e a deputada, que “cada vez mais assumem relevância as políticas públicas voltadas à população maior de 65 anos, já que o último censo revelou um crescimento superior a 57%, nos últimos 12 anos, desta faixa etária”. Romero também agradeceu à parlamentar o seu apoio ao texto que atualiza a PEC 555/2006.

Assista a audiência completa [aqui](#).

ANFIP presente em seminário sobre JCP



O presidente Vilson Romero participou do seminário “A importância dos Juros sobre Capital Próprio (JCP) para os Negócios no Brasil”, promovido pelo jornal Valor Econômico no dia 12 de dezembro, em Brasília.

O evento promoveu debates acerca do papel deste mecanismo, os riscos de sua extinção e alternativas que ajudem a estimular o crescimento econômico do país. Entre os convidados, marcaram presença Ricardo Soriano, advogado e ex-procurador-geral da Fazenda Nacional; Heleno Torres, professor titular de Direito Financeiro da USP; e Everardo Maciel, ex-secretário da Receita Federal do Brasil e consultor tributário.

O tema entrou em alta após o Projeto de Lei 4258/23, enviado ao Congresso pelo Executivo, aumentar a carga tributária das empresas ao vedar, em 2024, a dedução dos Juros sobre Capital Próprio (JCP) da base de cálculo do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL).

Sobre isso, Heleno Torres disse que, junto a outras matérias tributárias, o tema dos JCP deveria ser tratado com a tributação da renda na sua totalidade. Também destacou que, no geral, a discussão sobre os JCP se refere à “irredutibilidade de juros” e que, desde a chegada ao Brasil, sempre houve uma grande dúvida jurídica envolvendo o tema, se trataria de equivalente de dividendos ou de juros, dando exemplos da interpretação em outros países. “A ausência dessa uniformização prejudica a todos”, afirmou.

Everardo Maciel – que esteve à frente da Receita Federal de 1995 a 2002 e acompanhou a instituição dos Juros sobre Capital Próprio –, por sua vez, relacionou o JCP à criação da correção monetária, idealizada para viabilizar a emissão e compra de títulos da dívida pública, e defendeu que todas as matérias tributárias devem ser constantemente revistas, acompanhando as mudanças do mundo.

O ex-secretário citou, ainda, que a União Europeia expediu diretiva orientando os países a adotar os juros notacionais (*Notional Value*), que são juros presumidos, “da mesma natureza e gênero do juro remuneratório do capital próprio”. “O Brasil estaria, ao cogitar sua eliminação [JPC], perdendo uma posição onde assumiu uma vanguarda no mundo inteiro. Portanto, está dando um passo para trás”, alertou, sobre o PL aprovado.

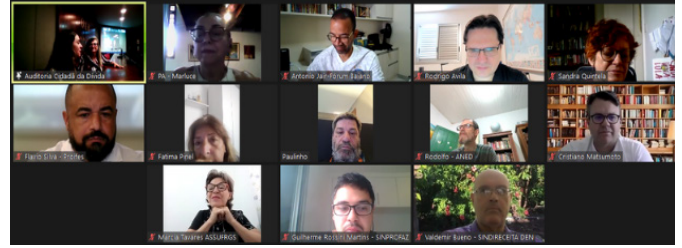
Membros da equipe econômica e o relator do PL 4258/23, deputado Pedro Paulo (PSD/RJ), que também participou do evento, cogitaram, em outubro, incluir o tema na proposta sobre a taxa de *offshores* e fundos exclusivos, do qual o parlamentar é relator. Eles buscavam uma solução mais equilibrada para não encerrar o mecanismo de forma definitiva, mas a ideia foi descartada do relatório do congressista, que optou por não misturar as pautas.

Auditoria Cidadã, frentes e entidades analisam orçamento da União para 2024

A vice-presidente de Comunicação Social, Marluce Soares, e a associada Rita Felicetti representaram a ANFIP na reunião da Auditoria Cidadã da Dívida (ACD), no dia 12 de dezembro, de forma virtual e presencial, respectivamente.

Sob a coordenação de Maria Lucia Fatorelli, foram analisados o Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO) e o Projeto de Lei Orçamentária (PLOA) para 2024, constatando-se que não há previsão de reajuste para os servidores públicos no próximo ano. Pelo contrário, os projetos indicam drástica restrição para todos os gastos primários, por meio do “déficit primário zero”, que inclui despesas com a manutenção do Estado e gastos sociais com saúde, educação, previdência e outros.

Para ajudar as entidades, frentes e centrais que atuam em defesa do serviço público, a ACD elaborou um documento com contribuições para a luta coletiva, levantando dados oficiais e desmistificando falácias sobre as contas públicas. “É importante registrar que o ‘déficit primário zero’ nada tem a ver com a propalada ‘responsabilidade fiscal’, mas, sim, com a



subtração de recursos das áreas sociais (inclusive dos salários do funcionalismo público) para priorizar o pagamento de juros e amortizações da chamada dívida pública”, afirma um trecho do documento (leia a íntegra [aqui](#)).

O encontro contou ainda com a participação dos deputados federais Fernanda Melchionna (PSol/RS), coordenadora da Frente Parlamentar pelo Limite dos Juros e Auditoria da Dívida Pública com Participação Popular, e Lindbergh Farias (PT/RJ), coordenador da Frente Parlamentar Contra os Juros Abusivos, que endossaram o documento produzido pela ACD e seguem auxiliando o grupo nas tratativas sobre o tema.

Conselheiros detalham atividades da ANFIP a profissionais da rede Jovem Pan



O presidente Vilson Romero e o vice-presidente de Administração, Patrimônio, Cadastro e TI, Márcio Humberto Gheller, receberam a visita dos consultores Celso Costa e Luis Augusto, e do jornalista Jorge Serrão, da rede de rádio e TV Jovem Pan.

A reunião ocorreu no dia 11 de dezembro, na sede da ANFIP, em Brasília, e teve como objetivo apresentar a Associação e o trabalho desenvolvido, que se destaca, há 73 anos, como uma

entidade referência nos debates e análises acerca dos assuntos relacionados à Seguridade Social e à tributação no Brasil.

“Há mais de 20 anos fazemos a análise daquele guarda-chuva da Seguridade Social, que é formado pelo tripé saúde, assistência e previdência. A ANFIP também tem sido protagonista nos debates sobre a reforma tributária no Congresso Nacional”, ressaltou Vilson Romero.

Também na ocasião, os dirigentes da ANFIP expressaram a importância em promover diálogos constantes com profissionais da comunicação, como a Jovem Pan, a fim de disseminar informações fundamentais sobre a Seguridade Social e o sistema de tributação brasileiro, temas que afetam diretamente a vida de todos os cidadãos.

Os profissionais, por sua vez, manifestaram interesse em ampliar a cobertura desses temas, fornecendo informação de qualidade e uma compreensão mais aprofundada dessas questões à sociedade.

ÇÃO FISCAL

RFB, PF e MPF desarticulam estrutura especializada em fraudes no Imposto de Renda

A Receita Federal do Brasil (RFB), a Polícia Federal (PF) e o Ministério Público Federal (MPF) deflagraram a Operação Subtilis, no dia 14 de dezembro, com o objetivo de combater fraudes nas Declarações do Imposto sobre a Renda da Pessoa Física (DIRPF).

Após o recebimento de denúncias, a unidade de inteligência fiscal da RFB identificou escritório de contabilidade especializado em incrementar restituições por meio da inserção indevida de deduções nas DIRPF de seus clientes, que em sua

maioria são servidores públicos civis e militares, domiciliados nas regiões de Bauru e Sorocaba.

A Receita Federal identificou aproximadamente 2.400 DIRPF com indícios de fraudes, podendo totalizar um prejuízo aos cofres públicos superior a R\$ 25 milhões.

Como resultado da Operação Subtilis, espera-se a recuperação dos valores envolvidos aos cofres públicos e a regularização fiscal dos contribuintes beneficiados pela fraude.

Fonte: Receita Federal

ESTADUAL

Agafisp promove confraternização de fim de ano

No dia 13 de dezembro, a Diretoria da Agafisp, Estadual da ANFIP no Rio Grande do Sul, se reuniu com os associados da cidade de Pelotas para a confraternização de final de ano.

O momento de integração e alegria faz parte da proposta desta gestão de estar cada vez mais perto dos associados e foi proporcionado em parceria com o Projeto Sociocultural da ANFIP.



BENEFÍCIOS E CONVÊNIOS

Integra Saúde: Geap oferta atendimento da atenção primária aos beneficiários

Os beneficiários da Geap possuem um reforço no atendimento da atenção primária com o Integra Saúde, programa que oferece acompanhamento com médico de família e equipe multidisciplinar, sem cobrança de coparticipação, disponível para todos os planos. O serviço é realizado em São Paulo, Brasília e Rio de Janeiro, por meio da rede Dasa, além da parceria com a Clínica D.O.C, que já está disponível nos estados de São Paulo, Brasília, Minas Gerais, Bahia e Espírito Santo.

O objetivo é acolher integralmente, de forma personalizada e humanizada, as necessidades básicas de saúde – que não exigem necessariamente um atendimento hospitalar – além de realizar vários procedimentos. As consultas são conduzidas por um médico de família, que é especialista no cuidado de forma integral, e por uma equipe multidisciplinar composta por nutricionista, psicólogo, enfermeiro e fisioterapeuta.

A expectativa é que, com os serviços oferecidos pelo Integra Saúde, seja possível reduzir em cerca de 80% os problemas de saúde dentro do núcleo familiar, já que o acompanhamento

com foco na prevenção, permite detectar precocemente e tratar doenças em sua fase inicial, evitando que se agravem com o tempo. No entanto, em casos necessários, os beneficiários podem ser direcionados para avaliação de outros médicos especialistas da rede Geap, de modo a auxiliar no diagnóstico e no devido tratamento, sempre com cuidado coordenado pelo médico de família e toda a equipe de referência da APS.

O Integra Saúde é oferecido para todos os planos da Autogestão, de forma presencial. Além dos seis estados iniciais, o atendimento está previsto para ser implementado em Roraima ainda em 2023, com expectativa de expansão pelo país em 2024.

Caso precise de mais informações ou queira fazer a adesão de forma espontânea, os beneficiários da Geap podem entrar em contato com a Central de Atendimento, pelo telefone 0800 728 8300. Confira aqui o endereço da unidade de atenção primária mais perto de você!

Com informações da Geap.

Ofertas para fazer o seu Natal brilhar!

Neste fim de ano, o ANFIP Tem+Vantagens disponibilizou descontos imperdíveis para tornar o seu Natal ainda mais especial.

Na plataforma anfp.temvantagens.com.br, você tem acesso a lojas e marcas de referência em todo o país, como Camicado, Domino's Pizza, Kabum!, O

Boticário, Cinépolis, Giuliana Flores e muito mais.

Presenteie quem você ama com qualidade e economia!

FALE COM A ANFIP

GERAL

(61) 3251-8100
0800 701 6167 (somente telefones fixos ou públicos)
E-mail: ouvidoria@anfip.org.br

APOSENTADORIAS E PENSÕES

3004-1200 (custo de ligação local)
(61) 99973-5776 (WhatsApp)
E-mail: aposentadoriaspensoes@anfip.org.br

CADASTRO

(61) 99938-4548 (WhatsApp)
E-mail: cadastro@anfip.org.br

COMUNICAÇÃO SOCIAL

(61) 98289-5150 (WhatsApp)
E-mail: comunicacao@anfip.org.br

JURÍDICO

3004-9197 (custo de ligação local)
(61) 98176-9051 (WhatsApp)
(61) 3251-8121 / 8123 / 8126
E-mail: juridico@anfip.org.br

PRESIDÊNCIA

E-mail: presidencia@anfip.org.br

SECRETARIA

(61) 98151-7925 (WhatsApp)
E-mail: secretaria@anfip.org.br

SERVIÇOS ASSISTENCIAIS

3004-9196 (custo de ligação local)
(61) 98366-6006 (WhatsApp)
E-mail: assistenciais@anfip.org.br
MarktClub: 0800 932 0000 – Ramal: 4199
Benevix (Concierge): (27) 99663-6339
concierge@benevix.com.br
Benevix/Unimed: 0800 606 7272
Geap: 0800 728 8300